

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Antonio Carlos da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo / Organizador Antonio Carlos da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-474-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.747212009>

1. Ciência política. I. Silva, Antonio Carlos da (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

No século XXI as forças do capital já não estão viradas para conquistas territoriais como tem sido dito. Que fariam elas com zonas econômicas de terra queimada e populações supérfluas?

KURZ, Robert. Poder mundial e dinheiro mundial: Crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015, p. 113.

Tal constatação não omite o prevalecer do processo de imperialismo no atual “campo”¹ histórico da modernidade, pelo contrário, enfatiza que sob a crise estrutural do capital, o que conhecíamos como zonas de influência nacionais, na qual os “impérios” buscavam ampliar as fontes de geração de riqueza e cadeia de valor, tornaram-se sinais de alerta para tentar minimizar as contradições presentes no desenvolvimento irracional da globalização do capital e das feições do Estado no capitalismo.

A política, neste contexto, exige uma crítica teórica que apreenda com a reconstrução histórica e possa ser formulada radicalmente. O compromisso com a emancipação, que não coaduna com o mito fáustico do Progresso e tampouco do crescimento econômico ilimitado, encontra na estatalidade e sua relação com as categorias-chave do moderno sistema produtor de mercadorias um espaço aberto para “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2020) e propor um devir que suplante a dependência unilateral com os limites de viabilidade do radicalismo do mercado e do imperialismo da economia.

Esse é o objetivo primacial desta coletânea intitulada “Ciência Política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo”. A diversidade é uma premissa inconteste neste volume, pois reúne em seus treze capítulos um leque interdisciplinar capaz de abordar criticamente os problemas estruturais sistêmicos e resgatar a relevância da dissociação do valor presente no tripé masculino, branco e ocidental que alimentam as contradições existentes e ampliam a condição de precariedade daquela parte da sociedade dos sem parte que lutam por direitos a ter direitos (RANCIÈRE, 2014).

Não obstante, os/as autores/ras confirmam a tese benjaminiana de que todo documento de cultura é, em essência, um documento de barbárie, pois à luz da falta de autonomia da esfera pública e, por conseguinte, do primado da liberdade política (consoante Hannah Arendt), questões étnico-raciais, de gênero e territorialidade estão no âmago de um sistema no qual o nível civilizatório se apresenta com índices cada vez mais alarmantes de miséria, desemprego, violências sobrepostas (Cavalcanti, 2018), crises energéticas, ecológicas, educacionais e pandêmicas.

Cientes e conscientes da importância da divulgação científica, em especial nesses tempos obscuros em que a necropolítica tornou-se regra, encontramos na Atena uma

¹ Aqui entendido como o moderno sistema produtor de mercadorias, no qual o sujeito histórico é metamorfoseado em predicado consumidor em uma sociedade na qual o trabalho abstrato cria cotidianamente mais valor, mais dinheiro. Neste contexto, o indivíduo e a natureza são tratados como processos de utilização empresarial para valorização ou, parafraseando Kurz (2020), economização abstrata do mundo.

editora comprometida com a divulgação, por meio de uma plataforma consolidada e confiável, dos contributos destes pesquisadores/investigadoras que acreditam que a busca pela compreensão dos fenômenos que nos cercam são o que distinguem os seres humanos de mercadorias.

Antonio Carlos da Silva

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Edição Crítica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.








CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (org.). **Violência doméstica e de gênero: uma abordagem multidisciplinar**. Lisboa: Pactor, 2018, pp. 97-121.

KURZ, Robert. **A democracia devora os seus filhos**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2020.


KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DEMOCRACIA DE MERCADO: A MENTE (TOTALITÁRIA) APRISIONA Antonio Carlos da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120091	
CAPÍTULO 2	15
A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL, DESEMPREGO E RECESSÃO Gustavo Perez Pereira Andrade  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120092	
CAPÍTULO 3	23
LOS PROBLEMAS DE LA DEMOCRACIA ACTUAL: LA PERSISTENCIA DE LAS “FALSAS PROMESAS” Y EL <i>PODER INVISIBLE</i> Héctor Zamitiz Gamboa  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120093	
CAPÍTULO 4	35
TUVALUANOS DESASSISTIDOS GLOBALMENTE EM FACE DA MUDANÇA CLIMÁTICA: DOCUMENTOS OFICIAIS, DIREITOS HUMANOS E O “NÃO FUTURO”? Patricia Benedita Aparecida Braga Fabio Lanza  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120094	
CAPÍTULO 5	51
CIDADANIA AMBIENTAL: LIBERALISMO, COSMOPOLITISMO E SUSTENTABILIDADE Cristiano Luis Lenzi  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120095	
CAPÍTULO 6	73
A CORTE INTER-AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL Bruna Ferrari Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120096	
CAPÍTULO 7	82
A GEOPOLÍTICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA: UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA Rafael Farias  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120097	
CAPÍTULO 8	96
EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL AO GIRO DECOLONIAL Elaine Cristina da Silva Zanesco	


Carlos Roberto da Silveira
Clayton Roberto Messias
Solange Maria de Oliveira Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120098>

CAPÍTULO 9..... 108

EL DIÁLOGO Y LA UNIVERSIDAD EN LA TEORÍA DE ALASDAIR MACINTYRE

Mauro Javier Saiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120099>


CAPÍTULO 10..... 121

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DO SISTEMA PARTIDÁRIO

Cristiane Silva

Romualdo Theophanes de França Júnior

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200910>

CAPÍTULO 11 134

MARX E POLANYI. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Edgard Malagodi

Cynthia Xavier Carvalho

Arlide Franco Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200911>

CAPÍTULO 12..... 148

COMISIÓN PASTORAL DE LA TIERRA Y SU ACTUACIÓN PARA IMPULSAR POLÍTICAS PÚBLICAS CON EL FIN DE REDUCIR LA CONDICIÓN ANÁLOGA A LA ESCLAVITUD DEL TRABAJADOR RURAL EN BRASIL

Luiz Augusto Silva Ventura do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200912>

CAPÍTULO 13..... 166

POLÍTICAS PÚBLICAS E DISFAGIA

Haroldo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200913>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 181

ÍNDICE REMISSIVO..... 182

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA DE MERCADO: A MENTE (TOTALITÁRIA) APRISIONADA

Data de aceite: 01/09/2021

Antonio Carlos da Silva

Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC)
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador (PPGPSC/UCSal) e Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL)
Salvador-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/2735855153608701>
<https://orcid.org/0000-0003-1584-7784>

RESUMO: O presente capítulo, entre o lírico e o épico - a poesia de Czeslaw Milosz e a Teoria do Valor em Robert Kurz -, é um contributo à crítica do “atual” campo histórico e sua idiossincrática democracia de mercado. Neste contexto, busca elucidar que o recrudescer da barbárie é resultante da incapacidade dos Estados nacionais em lidar com as contradições internas do sistema de produção social vigente. Não obstante, da miopia ideológica (conservadores e progressistas) em propor alternativas críveis para romper com os grilhões da precariedade que se alastra globalmente. Deste modo, resgata o mito da cordialidade para justificar as raízes coloniais e escravocratas do Estado brasileiro. Para tanto, seguirá a orientação metodológica desvelada por pensadores da Teoria Crítica (aparentemente diversos) como Hannah Arendt, Sérgio Buarque de Holanda, Judith Butler, David Harvey, Achille Mbembe, Walter Benjamin entre outros, para mergulhar nas profundas águas do

fetice (aparência superficial do objeto/sujeito a ser estudado) para descobrir o aparato conceitual teórico e capturar os movimentos subjacentes dos processos sociais. Desta maneira, lembrando um pescador de ostras, retornam à superfície com as pérolas selecionadas e buscam apreender a dinâmica da Vida social sob uma nova perspectiva. Somente a capacidade de pensar sem medo pode romper com a lógica totalitária e libertar as mentes aprisionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Emancipação; Totalitarismos; Teoria Crítica; Crise.

ABSTRACT: This chapter, between the lyrical and the epic - the poetry of Czeslaw Milosz and the Theory of Value by Robert Kurz -, is a contribution to the critique of the current historical “field” and its idiosyncratic market democracy. In this context, it seeks to elucidate that the resurgence of barbarism is the result of the inability of national states to deal with the internal contradictions of the modern social production system. Ideological myopia (between Conservatives and Progressives) in proposing alternatives to break the chains of precariousness global. In this way, it rescues the myth of cordiality to justify the colonial and slavery roots of the Brazilian State. Therefore, we’ll follow the methodological guidance unveiled by Critical Theory thinkers (apparently diverse) such as Hannah Arendt, Sérgio Buarque de Holanda, Judith Butler, David Harvey, Achille Mbembe, Walter Benjamin, among others, to dive into the deep waters of the fetish (the surface appearance of the object/subject to be studied) to discover the theoretical conceptual apparatus and capture the

underlying movements of social processes. In this way, resembling an oyster fisherman, they return to the surface with the selected pearls and seek to apprehend the dynamics of social life from a new perspective. Only the ability to think without fear can break the totalitarian logic and free imprisoned minds.

KEYWORDS: Democracy; Emancipation; *totalitarianisms*; Critical Theory; Crisis.

Esperança surge, quando se acredita
Que a Terra não é um sonho, mas um corpo vivo,
Que não mentem o ouvido, o tacto, a visão
E que todas as coisas que aqui conhecias
São como um jardim visto do portão.
Entrar lá não se pode. Mas ele existe com rigor.
Se melhor olhássemos e com mais sabedoria,
No jardim do mundo uma nova flor
E mais do que uma estrela se avistaria.
Há quem diga que os olhos nos iludem
E que nada existe, apenas aparenta,
Mas justamente esses não têm esperança.
Pensar que ao virar as costas
O mundo desaparecerá de repente
Como que roubado por um delinqüente.
Czeslaw Milosz. Esperança. 1945.

A lógica interna de dominação do sistema democrático de mercado expulsa repressivamente e, em seguida, produz como **reação**, ao invés de uma nova crítica emancipatória, um eco assassino de si mesma. A democracia e o radicalismo de direita se correspondem como gêmeos siameses, conectados internamente através do sistema circulatório do processo de valorização abstrato de suas coerções surdas. Toda democracia produz como reação imanente ao fim do processo de modernização, com regularidade lógica, o novo radicalismo de direita em qualquer de suas variações.

Robert Kurz. A democracia devora os seus filhos. 2020.

PRESSUPOSTOS TOTALITÁRIOS: BARBÁRIES SISTÊMICAS

Não há como negar que em pleno século XXI a política - ou aquilo que entendemos como organização da vida em comunidade - está regida pelas condições e circunstâncias do atual estágio da crise estrutural do capital. A não ser que o alcance visual seja determinado pela miopia do poder e pelo voraz desejo de riqueza ilimitada. Em outras palavras, por

uma História cíclica que, desde a vitória de Pirro do sistema de mercado ocidental¹, não consegue romper com a sina do “presente contínuo”.

Uma crítica séria e contundente do conceito de política, por conseguinte da democracia de mercado, não pode ser confundida com a aversão as forças políticas que compõem o atual “campo”² histórico da modernidade. Essas forças ativas, o legado das instituições representativas de classe (partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais), mantêm o compromisso em realizar a justiça social e reestruturar o Estado. Não obstante, se resumem a reforma do sistema para minimizar a agruras do desemprego, da precarização habitacional, do aumento do déficit público, da queda nas taxas do Produto Interno Bruto (PIB) e, não menos relevante, da degradação ambiental e do colapso energético. Entretanto, não atentam que

a resposta à crise sistêmica só pode ser a superação do próprio sistema, incluindo sua esfera política; mas não há nenhum conceito para isso, e, caso seja formulado, logicamente não o será de dentro da política (KURZ, 2020, p. 113).

Sob a bandeira da democracia olvidam que a sociedade industrial não reconhece a diversidade étnica, racial, territorial e de gêneros. Tampouco que a realidade é substituída por imagens que se transformam na própria realidade (Debord, 1997), pois a democracia de mercado é uma falácia que somente denota igualdade no terreno da troca, da produção e da circulação de mercadorias. Destarte, apelar para o Estado e suas instituições para combater as idiosincrasias do próprio sistema totalitário é negligenciar que o aparato político das Repúblicas Federativas de Mercado propaga um frágil estado de exceção que busca incautamente administrar as suas contradições inerentes.

Esse alarme de incêndio foi acionado, entre outros, por Walter Benjamin (2020) há mais de um século. E, independente da disposição em apreender com a História das revoluções e suas indistintas gradações, continua a soar incessantemente. Por exemplo:

Para entender o curso dos acontecimentos na Europa Central e de Leste durante os primeiros anos do pós-guerra, há que ter noção de que as condições sociais do período anterior à guerra pediam reformas de fundo. Há também que entender que o jugo nazi levava a uma profunda desagregação da ordem vigente. Nessas circunstâncias, a única esperança era instaurar uma ordem social que, embora nova, não seria uma cópia do regime russo. Assim, aquilo que se planeou em Moscou - uma etapa no caminho para a servidão - foi voluntariamente aceite pelos países envolvidos como se de verdadeiro

1 Aqui seguimos uma das proposições-chave da Teoria do valor, pois consoante o Grupo EXIT!, em especial Robert Kurz (1943-2012), o embate pela hegemonia mundial travado entre os Estados Unidos e ex-União Soviética nada mais foi que uma confirmação de que eram dois pólos do mesmo “campo” histórico. O Leste como mercado planificado e o Oeste como mercado livre concorrencial. No entanto, tendo o Mercado como denominador comum, os dois sistemas apresentavam a mesma lógica de acumulação e geração de riqueza abstrata. Para ampliar o debate vale consultar “A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise de regulação política” (1997, ver em <http://www.obeco-online.org/rkurz66.htm>)

2 Entendemos que “esse campo, considerado em sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em mais dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou a economização abstrata do mundo (KURZ, 1997, p. 93).

progresso se tratasse. Não tendo mais a que se agarrar, os homens agarram-se a ilusões (MIŁOSZ, 2018, p. 16).

A dialética do poder, que não é exclusiva da modernidade, mas se fortalece na orientação fetichista da sociedade da mercadoria, engendra uma curiosa deformação das antigas formas de governo. Destaque para democracia, que mesmo classificada em diversas tonalidades, segundo a clássica leitura de Aristóteles, no sexto capítulo da “Política” (2018), torna-se, neste atual “campo” histórico, ideologia legitimadora. Isto porque,

no século XXI as forças do capital já não são viradas para conquistas territoriais como tem se dito. Que fariam elas com zonas econômicas de terra queimada e populações supérfluas? Isso não significa que o imperialismo tenha acabado. No entanto, já não se trata de impérios e zonas de influência nacionais, mas sim da possibilidade de controlar a globalização enquanto crise. Os limites da valorização do capital devem ser redefinidos como limites de viabilidade para as massas de perdedores; o colapso das economias nacionais, como justaposição controlada de cidades em expansão financiada a crédito e regiões miseráveis abandonadas (KURZ, 2015, p. 113). (Grifo meu).

A produção de segurança nos negócios, contudo, não consegue atender a regra de investimento composto de 3% (Harvey, 2016; 2015), que, desde a terceira revolução industrial, no final dos anos 1970, e a decorrente racionalização eliminadora de trabalho, colocou em cheque o sistema de acumulação vigente³.

Portanto, submetem o ideal de emancipação à métrica dos sujeitos metamorfoseados em mercadorias que, desde que respeitem às normas regulatórias do Estado, são autorizados a transitar no sistema de produção e consumo. Isto porque

a intensidade da luta ideológica que está a ser travada nos dias de hoje. E não esqueçamos que, nas democracias populares, a doutrinação conta com o apoio de todo o aparelho de Estado (MIŁOSZ, 2018, p. 17).

Uma contradição histórica que a idealização do Mercado Livre e a utopia do planejamento estatal não conseguem suprir. Ao revés, creditam valor para a tese de que essas categorias não são antípodas, mas constituem os dois pólos deste mesmo “campo” histórico e “se condicionam/excluem mutuamente” (Kurz, 1997a, p. 93) para manter o *continuum* enlouquecido desta sociedade espetacular.

A tentativa da consciência democrática ocidental de externalizar a barbárie emergente da direita radical corresponde à tentativa de caracterizar o fascismo histórico como sistema inimigo e estranho à democracia (assim como, por outro lado, foram conceituados o socialismo de Estado ou o “stalinismo” como sistemas exteriores antidemocráticos) (KURZ, 2020, p. 34).

Theodor Adorno e Max Horkheimer, ao enfatizar essa dissociação, estavam na

3 O hiato presente na inexistente valorização substancial do capital pode ser apreciado ao compararmos os dados do PIB global em relação ao Mercado de derivativos, que em 2019 contabilizaram uma diferença de US\$ 552 trilhões. Esse diferencial certifica o modelo de alocação do excedente adotado: o crédito em detrimento da produção. Para tanto, vale consultar os relatórios do Banco Mundial e do *Bank for International Settlements* disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD> e <https://www.bis.org>, respectivamente

vanguarda de uma crítica social que buscava suplantar os interesses ideológicos pela hegemonia do pós-guerra. Em “Dialética do Esclarecimento” (publicado em 1947), os filósofos da chamada Escola de Frankfurt discorrem sobre as contradições e ilusões de um sistema baseado na razão eliminadora de trabalho, na ciência sem a crítica histórica e na forma mercadoria que configura a sociedade moderna. Antecipam, em quase meio século, que a vitória da democracia de mercado como elemento emancipatório da sociedade é o outro pólo deste mesmo “campo” histórico que tem no totalitarismo a opressão civilizatória e na supressão do “eu” (indivíduo) a dialética do negativo:

O enfraquecimento do eu por meio de uma sociedade socializada que incansavelmente impele os homens a se reunir e que, em sentido próprio tanto quanto em sentido figurado, torna-os incapazes de existir sozinhos, não se manifesta menos nas queixas contra o isolamento do que na frieza verdadeiramente insuportável difundida sobre tudo, paralelamente à expansão da relação de troca que é prolongada no regime autoritário das pretensas democracias populares que não levam em conta as necessidades dos sujeitos (ADORNO, 2009, p. 237)

A única forma de existência deste “eu” é a dominação da natureza que, sob o manto totalitário, corresponde a própria dominação sobre os indivíduos da sociedade em uma eterna objetivação transformadora do mito do trabalho.

No mundo esclarecido, a mitologia invadiu a esfera profana. A existência expurgada dos demônios e de seus descendentes conceituais assume em sua pura naturalidade o caráter numinoso que o mundo de outrora atribuía aos demônios (...) O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ele se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo (ADORNO & HORKHEIMER, 2002, p. 19)

Aqui a perspectiva de menoridade kantiana é explícita, pois a igualdade, como princípio, é substituída por uma perspectiva escatológica. O que importa é o fim, não o processo para estabelecer a alteridade entre liberdade como direito e arbítrio como privilégio. “O esclarecimento é a radicalização da angústia mítica” (Ibidem, p. 13).

Neste imperativo, específico da modernidade, a categoria-chave é o fetichismo da mercadoria. A metamorfose dos sujeitos históricos em sujeitos de/para dominação. Isto porque, o distanciamento da natureza propicia o surgimento de uma classe soberana. Uma degradação social que, mais do que justificar a tese de Thomas Hobbes sobre “o homem é o lobo do homem”, insta a soberania do sujeito esclarecido - portanto, detentor dos meios de produção e riqueza - a exercer a dominação sobre os demais. “O despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como o princípio de todas as relações” (ADORNO & HORKHEIMER, 2002, p. 9).

A razão, longe de confirmar a possibilidade de outro mundo possível para os descendentes do esclarecimento, tornou-se uma ferramenta para o privilégio de poucos

em um ambiente cada vez mais competitivo e desintegrado: a barbárie moderna. Neste enquadramento social, o espaço público (leia-se, a política) é submetido às regras da esfera privada (da economia, do despotismo) e o conservadorismo é extremado para garantir a banalidade do mal de forma universal⁴.

O século XXI está a confirmar as proposições críticas de Adorno e Horkheimer. A vitória da democracia de mercado sobre o fascismo e o nazismo (máscaras do totalitarismo) não sepultou o espectro da desigualdade e da injustiça no Pós-Guerra. Em especial àqueles partícipes da sociedade dos sem parte que estão cotidianamente expostos à violência (inclusive do Estado e suas Instituições) e alienados dos direitos universais básicos. Pelo contrário, assegurou que a razão vigente sustentasse a dominação e o controle social.

Os filósofos falharam, entretanto, em sua própria perspectiva dialética “de reconhecer na troca mercantil a redução a quantidades abstratas e irracionais e, ao mesmo tempo, desejar preservar, na liberdade desta troca, a razão discursiva da circulação de mercadorias” (Kurz, 1997b, p. 7). A razão esclarecida padece de uma crítica sistêmica e estrutural que, nas palavras de Benjamin, em sua Tese VIII, continuam a ecoar na História em busca de emancipação libertária de toda e qualquer expressão de poder:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o totalitarismo tornar-se-á melhor. A chance deste consiste, não por último, em que seus adversários o afrontem em nome do progresso como se este fosse uma norma histórica. - O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos “ainda” sejam possíveis no século XXI não é nenhum espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável (BENJAMIN, 2020, p. 83). (Grifos meus).

Ainda mais sob o recrudescer da barbárie em seus distintos matizes: o racismo e o colonialismo que insistem em estabelecer os ditames da sociedade democrática de mercado. Não mais exclusividade das Repúblicas ocidentais, mas presente no núcleo formador dos ditos países em desenvolvimento e/ou novos entrantes do comércio internacional. Todos a bradarem as falácias de um sistema de produção social que já ultrapassou o limite do crescimento e está no limiar de sua irracionalidade.

O imperativo kantiano, neste contexto, ganhou um novo componente: reivindicar soberania pelo poder de subjugar a vida ou a morte de outrem. Aqui encontramos a essência do biopoder, a capacidade dos Estados em assumir, neste estado de exceção (crise estrutural do capital), o direito supremo: decidir quem pode viver e quem deve morrer. Pois,

⁴ O termo “banalidade do mal” foi cunhado por Arendt ao acompanhar o julgamento de Eichmann em Jerusalém (1963). A filósofa constatou que o recrudescer do mal está associado à nossa incapacidade de pensar e interagir eticamente com o Outro. O indivíduo, sob os ditames do fetichismo da mercadoria e da constante necessidade de criar riqueza (na forma dinheiro), se dissocia de tudo que remonta ao digno do humano, necessariamente humano. Neste contexto, um mundo similar ao apresentado por H.G. Wells em “A máquina do tempo” (1895) não estaria longe de aprovar a distopia da razão moderna.

sob os auspícios da democracia de mercado, somente é reconhecido como ser humano quem estiver inserido no sistema de produção e de consumo. Aos demais, mesmo que de forma relativa, resta a condição precária em sobreviver fora dos alicerces comunitários.

O que Achille Mbembe classificou como necropolítica⁵ (2003), nós associamos ao fenômeno da “Mente Aprisionada” de Milosz (2018), pois ambas estão intrinsecamente relacionadas com a capacidade de definir quem realmente importa, quem será descartado e/ou exterminado do espaço ocupado por um Estado que não foi estabelecido pelo conjunto da população, mas por um grupo de privilegiados que utiliza o arbítrio para atender aos seus interesses de classe.

Aqui questões de raça e etnia são deflagradas em sua totalidade, considerando que, no atual “campo” histórico, classe e raça são indissociáveis. Explico-me, em países colonizados a soberania não abarca princípios de igualdade. O Estado, incorporado por instituições já pré-estabelecidas, é adaptado às condições de exploração e dominação nas quais a sociedade é reestruturada em camadas.

O Estado colonial deriva de sua reivindicação fundamental de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato de história e identidade. Essa narrativa é sustentada pela ideia de que o Estado tem o direito divino de existir; e então entra em conflito com outra narrativa pelo mesmo espaço sagrado. Como ambas são incompatíveis e suas populações estão entrelaçadas, qualquer demarcação de território com base na identidade pura é quase impossível. Violência é soberania, nesse caso, reivindicam um fundamento divino: o povo é forjado pela adoração de uma divindade, e a identidade nacional é concebida em oposição a outras divindades. (MBEMBE, 2003, p. 136).

A presunçosa e ainda determinante assertiva de Thatcher: “não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos e a família”. Portanto, àqueles dependentes desta condição humana, limitada a troca no mercado de trabalho, resta à reclusão simbólica e a perda de sua habitação, dos direitos de aparecimento e ação política (corpo e voz). Ou seja, o ostracismo moderno que mantém o indivíduo no espaço ocupado, mas destituído de cidadania (jurídica, política e social).

Se Mbembe estiver correto, e acreditamos que sim, o nexos tempo-política associa as categorias morte e liberdade sem possibilidades de redenção neste “campo” histórico que estamos a atuar. Identificar e compreender a essência da barbárie, portanto, é uma irrefutável missão histórica para valorizar a reflexão teórica. O que Kurz desvela como a inexistência de uma ideia revolucionária compatível com a ruptura da ordem estabelecida, visto que “depois de mais de 250 anos de história da modernização não há mais espontaneidade inocente” (KURZ, 2012, p. 1).

5 A crítica distanciada dos tradicionais estudos sobre soberania, em especial a biopolítica em Michael Foucault, que busca apreender os limites dos Estados nações frente a universalidade abstrata da forma mercadoria e, deste modo, não mais orientada pela razão, mas por uma irracionalidade empresarial que subjugou a vida ao poder da morte para manter a dominação e a exploração de um sistema de acumulação que já encontrou os seus limites de crescimento internos.

CORDIALIDADE X CIDADANIA: BRASIL, MITO FUNDADOR

A história brasileira, de colônia à democracia de mercado, é exemplar para ilustrar a tese sobre a mente totalitária aprisionada. São inúmeros os fatos que atestam tal assertiva, desde os clássicos da formação identitária nacional, destacando “Raízes do Brasil” (2015), de Sérgio Buarque de Holanda, até as recentes investidas sociológicas de Jessé Souza (destaque para “A elite do atraso”, publicada em 2019).

A escolha não foi despropositada, pois a referência ao “homem cordial” em Sérgio Buarque continua a alimentar interpretações, no mínimo, deterministas. A dialética conservadores/progressistas se situa, no tempo e no espaço, como dois pólos do mesmo campo histórico se, tal como supracitado por Kurz, não houver uma reflexão teórica capaz de suplantar a estrutura estabelecida em nome do Progresso. Não compactuar com essa norma histórica evolutiva que exclui o humano - como assevera Benjamin, na citada Tese VIII - é engendrar o real devir emancipatório contra toda e qualquer manifestação de poder. É romper com a leitura individualista da história (de Thatcher a Reagan/Bush's que disseminaram a lógica das prerrogativas) e lutar por espaços de aparecimento político de forma não identitária e ontológica, mas primordialmente por ações políticas libertárias.

Nesta seara contemporânea, toda atenção é recomendada para evitar subjetividades em excesso e adaptações desmedidas. Se a tarefa histórica de um “povo” é aceitar acriticamente o poder em detrimento da liberdade, o propósito do Estado e suas instituições não será outro que o regulamentar a racionalidade mercadológica. A cidadania, neste contexto, não será o resultado de um pacto social que tenha em sua essência a dissidência, mas, pelo contrário, os aspectos jurídicos e políticos serão monopolizados pelo aparato estatal e compartilhados pelo arbítrio e o privilégio.

Quem não conhece os escritos políticos de Hegel, dos quais a *Filosofia do Direito* é a expressão máxima, está condenado a interpretar de modo cordial, ou subjetivo, o conceito de homem cordial que Sérgio Buarque de Holanda expôs em *Raízes do Brasil*. Este tem sido, há mais de 80 anos, o destino predominante de uma reflexão crítica extremamente esclarecedora da situação política brasileira, tendo por objeto as diversas frações das nossas *classes dominantes*, desde os tempos coloniais absoluta e definitivamente incapacitadas para a democracia e a liberdade. (COSTA, 2018, p. 1).

Tampouco compreende a importância do imperativo kantiano, ou seja, cidadãos reivindicam direitos universais, não privilégios com base na habilitação e/ou propriedade. Uma sociedade orientada pelo privilégio não forma cidadãos, mas consumidores desprovidos de consciência política ou transformadora do espaço social adquirido.

O autor de “Raízes do Brasil” sustentou, até o último suspiro⁶, a predominância da cordialidade nas relações sociais da jovem nação brasileira. Que, vale a ressalva, não possuía uma história democrática, com instituições críveis e comprometidas com a “boa

⁶ Ver a entrevista concedida pelo historiador paulistano à Revista Veja em 1976. Disponível em <https://www.revistapro-saversoearte.com/democracia-e-difícil-sergio-buarque-de-holanda/>.

vida cidadina” (no sentido aristotélico). Pelo contrário, desde o processo colonial, adotou a estrutura e a organização política da metrópole e, sob a pulsão do arbítrio, a máscara da cordialidade para exercer uma específica forma de vassalagem.

É importante elucidar a diferença entre ser cidadão e estar vassalo. O primeiro segue a orientação kantiana de reivindicar benefícios que atendam a sociedade como um todo; o vassalo, não obstante, é tributário de quem está no poder.

Sem ignorar os riscos de incompreensão que corria, Sérgio Buarque de Holanda usou o argumento de Hegel para caracterizar o homem cordial: é um súdito, ignorante do que seja liberdade, cidadania e esfera pública em país que se dizia República. Ainda nos tempos coloniais, objetivamente a serviço do rei (de Portugal, no caso do Brasil), este súdito se considerava senhor absoluto de gentes e terras. Era inclusive chefe militar, privilégio que só perdeu quando o Estado Português se transferiu para cá, mas que mesmo assim permaneceu exercendo com os seus exércitos de jagunços que entraram pelo século XX afora - e seus herdeiros continuam barbarizando até hoje (...) O povo brasileiro sempre foi e continua sendo vítima dos desmandos destes súditos ou vassalos que apoiavam (e apoiam) seus atos em argumentos irracionais (Ibidem, p. 3). (Grifo meu).

Com a inserção do Brasil no modelo industrial, mesmo que tardio do atual sistema de produção social do capital, o pólo econômico foi priorizado. A democracia, um arremedo de Estado social liberal europeu, esteve durante quase a totalidade do século XX se metamorfoseando em democracia de economia de mercado, no qual a liberdade apenas coaduna com o reconhecimento de cidadão para aqueles que estiverem inseridos na criação de valor (rentabilidade).

Todos os homens, sem exceção, inclusive os produtores imediatos, precisam agir cada vez mais como sujeitos modernos do Direito, já que todas as relações se transformam em relações contratuais com forma de mercadoria (...) A modernização não dissolveu apenas os vínculos tradicionais, mas igualmente os contratos sociais e os contratos entre as gerações que esses vínculos envolviam. (KURZ, 1997a, p. 96)

Em países como o Brasil, a economização abstrata do mundo pode ser interpretada como a utilização empresarial (o valor suscitado) do indivíduo e da natureza, não mais como sujeito e objeto, mas como peças de um movimento concorrencial de produção de dinheiro como um fim em si mesmo.

Destarte, a violência é o meio empregado para manter a máquina estatal funcionando. Violências, para ser mais exato, pois para garantir que o fluxo de capital não seja interrompido pelas próprias incongruências do capital (ver nota 3), os indivíduos que compõem a sociedade são cotidianamente submetidos à alienação de direitos históricos adquiridos. O que Butler estabelece como condição precária e precariedade.

E, embora as vidas possam ser precárias em decorrência de uma variedade de doenças e desastres naturais, ainda assim é verdade (...) que as doenças podem ou não ser tratadas pelas instituições existentes, que os desastres naturais podem ser prevenidos em certas áreas e para algumas populações,

enquanto não o são para outras, e tudo isso conduz a uma distribuição demográfica da condição precária. E essa verdade tem um sentido mais amplo para os pobres e para as pessoas em situação de rua, assim como para aqueles que são expostos à insegurança devastadora e à noção de um futuro destruído na medida em que as condições de infraestrutura desmoronam ou que o neoliberalismo substitui as instituições de sustentação por uma ética empreendedora que exorta até mesmo os mais impotentes a assumir a responsabilidade pela própria vida, sem depender de mais ninguém ou de mais nada. (BUTLER, 2018, p. 76).

O fascínio do totalitarismo está nesta incompreensão histórica da própria democracia. Que de uma forma de governo, idealizada pelos gregos, mas jamais realizada, passa a ser a métrica para garantir a estabilidade do poder em um sistema que encontra em suas próprias contradições a escatologia contra o tempo. Tal angústia da razão se expressa, não apenas na geração de monstros⁷, mas na impossibilidade em criar alternativas para sobrevivência da própria espécie humana na Terra.

LIBERDADE EMANCIPATÓRIA: PENSAR SEM MEDO

No Brasil, voltamos às “Raízes...”, o passado colonial, que continua a alimentar à barbárie, tem no Estado o espelho da contrarrazão. A criatura assume as rédeas da História, às vezes como tragédia, sempre como farsa⁸. O manto paternalista, que encobre todas as relações sociais, se expressa

na genuína falta de cultivo do espírito objetivo, manifestação mais visível da incapacidade de se criar uma esfera pública transparente mediada por normas e leis impessoais. A relação entre a vida privada - a família, os negócios - e o Estado, concebido como momento da liberdade coletiva, é reduzido pelo prolongamento dos valores privados no espaço comum. (MENEGAT, 2010, pp. 46-47).

A barbárie, não há dúvida, se apresenta como um documento de cultura da própria história da modernidade. Uma produção social, que segundo Benjamin (1986), somente advoga a crise de um sistema no qual o elemento-chave, o trabalho humano, tornou-se irrelevante em suas próprias contradições sistêmicas. Resta o agonizante moribundo decretar do “Fim da História”, pois, assevera o ensaísta alemão⁹, renunciar o conceito de

7 Referência a célebre gravura de Francisco de Goya “O Sonho da razão produz monstros” (1799) que, sob o atual “campo” histórico da modernidade, é o recrudescer da barbárie social resultante de guerras do ordenamento mundial sob a lógica do Mercado como o sistema universal de dominação social.

8 O século XX, no Brasil, foi uma constante experiência do poder. Vincado no mito do Sebastianismo (mais uma herança dos tempos coloniais), a propalada espera de um Salvador, teve em distintas personagens a esperança de um País desenvolvido e justo. Destacamos, pela contradição ao mito do Prometeu, as figuras presidenciais de Getúlio Vargas (em duas ocasiões – de 1934 a 1945; e de 1951-1954) e Fernando Collor de Mello (1989-1991), o primeiro com a alcunha de “Pai dos pobres” e o segundo como “o caçador de Marajás”. O combate à corrupção, um fenômeno que ultrapassa o tempo, encontra-se no espaço entre os pleitos eleitorais e a distopia da democracia.

9 A referência é a Tese XVI: O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas no qual o tempo estanca e ficou imóvel. Pois esse conceito define exatamente o presente em que ele escreve história para si mesmo. O Historicismo arma a imagem “eterna” do passado, o materialismo histórico, uma experiência com o passado que se firma aí única. Ele deixa aos outros se desgastarem com a prostituta “era uma vez” no prostíbulo do Historicismo. Ele permanece senhor de suas forças: viril o bastante para fazer explodir o contínuo da história (2020, p. 128).

transição é aceitar a imobilidade do tempo. Por conseguinte, estabelecer uma escrita da História na qual o movimento estável interessa somente àqueles beneficiários do poder.

O colapso da modernização anunciado aos quatro ventos é inevitável. A sociedade mercantil não conseguirá manter a gestão da barbárie e tampouco reverter a lógica do crescimento em 3% a.a. com base no sistema de crédito e na alquimia das finanças¹⁰.

Mais uma vez o caso brasileiro é notável por sua dupla natureza frente à aludida “Democracia de mercado, a mente (totalitária) aprisiona”. A primeira é a gestão estatal da primeira década do século XXI, conduzida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na qual as aparentes vantagens da industrialização seletiva voltada às exportações e a calma (antes de mais uma tempestade¹¹) proporcionaram o festejado, mas tal como a primavera, interrompido desenvolvimento nacional.

O papel do PT esteve confundido com este desejo de salvar um horizonte histórico não mais possível, mas caro a uma compreensão progressista da história, que acabou se mesclando com uma atuação no presente na qual foi possível produzir “escoras” numa sociedade que desmoronava, mas, paradoxalmente, por estas mesmas escoras, ficava de pé. Estás escoras são técnicas de gestão social da crise, intervenções que procuram fazer uma sutura num tecido social completamente esgarçado por índices alarmantes de desemprego que se transformaram facilmente em violência cotidiana assustadora. (MENEGAT, 2018, p. 10).

A cordialidade, em interdependência com a gestão da barbárie, é resgatada na segunda. Seguindo o rumo da irracionalidade econômica, característica plena de uma sociedade espetacular, a democracia no Brasil se assumiu fisiologista. A República, que não acertou contas com o seu passado - colonial, escravocrata e patriarcal - precisava (ainda necessita, como as recentes eleições no país podem comprovar) para ser gerida de uma fórmula mágica para justificar a sua existência: o arbítrio, mais uma vez fundamentado pela dialética hegeliana em consonância com a tese de imaturidade em Kant, despertou o flagelo do conservadorismo. Em especial contra as parcelas da sociedade que não estão, sistemicamente, associados à geração da riqueza abstrata, mas dissociados do valor e identificados por raça, gênero, etnia e territorialidades.

As chamadas esquerdas tradicionais, alimentadas pelo eufemismo da luta de classes, mas míopes com respeito às alteridades identitárias, mantêm o discurso da revolução com vestes de reforma social. Não se prestam a formular uma crítica teórica que estimule a reflexão desta falsa consciência, imediata e determinista. O que, em um

10 Para ampliar o debate vale consultar o primeiro capítulo do livro “Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar”, sob o título “Diálogo aberto: teoria libertária emancipatória”, editado pela Atena em 2021 (disponível em <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/52669>).

11 As sequelas do atual estágio da crise estrutural do capital, iniciada com a desvalorização dos ativos advindos do sistema imobiliário nos Estados Unidos, que irrompeu no segundo semestre de 2008 e se espalhou vertiginosamente pelo mundo, chegou às margens do Brasil não como uma marolinha (expressão utilizado pelo então presidente Lula da Silva, em outubro do mesmo ano), mas com força avassaladora – que continua a ser sentida. Para tanto, vale consultar os relatórios do IBGE sobre as oscilações do produto interno bruto (PIB) nacional nos últimos doze anos. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

momento fértil para aprisionar as mentes totalitárias, mais do que auxiliam no recrudescer de todas as formas de violência contra o aparente rastilho da decadência sócioeconômica.

De acordo com Lowy (2019), não há receitas mágicas para combater os extremismos (de esquerda e de direita), mesmo que o sonho republicano continue a pulular em nossos mais íntimos desejos de mudança. Pensar para além da ilusória democracia oligárquica de mercado é uma condição inequívoca se quisermos romper com os grillhões do presente contínuo.

Se o mal não é constitutivo da essência humana, como creditava Thomas Hobbes (1588-1679), outras formas de convivência social, não atreladas ao atual sistema econômico de dominação social, podem ser criadas. Para além das ilusórias pílulas de Murt-Bing e a Kitman aludidas por Milosz (2018). A primeira por desvirtuar a realidade, tornando-a suportável ao recriá-la como imagens que falsificam a própria noção do que é real. Por conseguinte, a Kitman, que sob o efeito medicinal, dissimula a escravidão voluntária, aprisionada a mente sob o totalitarismo de mercado. O que o poeta lituano elucida com a aceitação social do vigente para suportar as perdas constantes de um sistema no qual a necropolítica é a regra.

A relação com a compreensão de Liberdade em Arendt é mais do que perceptível. Não adianta subjugar os extremos do momento a incapacidade de gestão da coisa pública, tampouco aos especuladores financeiros. Tal tendência remete a ontologia da crise, a identificação de responsáveis, mas não reconhece, como dito no início deste ensaio, que a resposta à crise sistêmica somente pode ser a superação do próprio sistema.

A emergência de formular teorias radicais da crise, sob a perspectiva do valor e das categorias-chave que compõem o atual “campo” histórico, não pode ser negligenciada. A irracionalidade empresarial como substituta da razão resulta em vidas precárias e destituídas de importância. Compreender a História é condição *sine que non* para revolucionar o núcleo da nossa existência. Se a revolução algumas vezes acontece porque as pessoas se recusam a se submeter aos extremismos e reivindicam o direito a ter direitos - a aparecer e serem reconhecidas como partícipes da ação política – Hannah Arendt está correta em afirmar que:

A diferença fundamental entre a “infinita improbabilidade” em que assenta a realidade da nossa vida na Terra e o caráter miraculoso inerente aos acontecimentos que estabelecem a realidade histórica está em que a esfera dos assuntos humanos nós conhecemos o autor dos milagres. (2006, p. 182).

Somos os autores de nossa própria história, mesmo que legada pelas condições do passado (como diria Marx), mas capazes de transformar e estabelecer uma realidade distinta, que pode romper com a lógica totalitária e libertar as mentes aprisionadas. Afinal, como diria Milosz, o que não podemos perder é a nossa capacidade de pensar sem medo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**: oito exercícios sobre o pensamento político (tradução de José Miguel Silva). Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**: Edição crítica. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura. Documentos de barbárie**: escritos escolhidos (tradução Celeste H. M. Ribeiro de Sousa). São Paulo: Cultrix – Editora da Universidade da Universidade de São Paulo, 1986.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COELHO, João Marcos. A democracia é difícil (Sérgio Buarque de Holanda em entrevista). Publicada originalmente na **Revista Veja**, em 28 de janeiro de 1976. Disponível em <https://www.revistaprosaveroearte.com/democracia-e-dificil-sergio-buarque-de-holanda/>

COSTA, Iná Camargo. Sérgio Buarque, o “Homem Cordial” e uma crítica inepta. **Outras palavras**. Publicado em 11 de Maio de 2018, pp. 1-8. Disponível em <https://outraspalavras.net/poeticas/sergio-buarque-o-homem-cordial-e-uma-critica-inepta/>.

DEBORD, Guy. **Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KURZ, Robert. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial**: crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

KURZ, Robert. Não há revolução em lado nenhum. **Revista EXIT!**, Janeiro de 2012. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2012/01/carta.htm>.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997a.

KURZ, Robert. Até a última gota (tradução de José Marcos Macedo). **Folha de S. Paulo**, Caderno MAIS!, 28 de Agosto de 1997b. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs240807.htm>.

LOWY, Michael. A extrema-direita: um fenômeno global. **Esquerda.Net**, 21 de janeiro de 2019. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2019/01/21/a-extrema-direita-um-fenomeno-global-por-michael-lowy/>

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n.º. 32, dezembro de 2016, pp. 123-151. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>.

MENEGAT, Marildo. Entrevista. **Sinal de Menos**, Ano 9, n.º. 12, Vol. 2, Março de 2018, pp: 08-19. Disponível em <https://sinaldemenos.org/2018/03/04/sinal-de-menos-12-vol-2/>

MENEGAT, Marildo. Olhos acostumados à sombra, os nossos: um estudo sobre os usos e as iluminações do conceito de barbárie na tradição crítica brasileira. In: LOBO, Roberta (Org.). **Crítica da imagem e educação: reflexões sobre a contemporaneidade**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010, pp. 39-71. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1139.pdf>.

MILOSZ, Czeslaw. **A mente aprisionada**. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2018.

MILOSZ, Czeslaw & SZYMBORSKA, Wislawa. **Alguns gostam de poesia – Antologia** (tradução de Elzbieta Milewka e Sérgio das Neves). Lisboa: Cavalo de Ferro, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAID, Edward. **A pena e a espada: diálogos com Edward W. Said**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SILVA, Antonio Carlos da & CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Diálogo aberto: teoria libertária e crítica emancipatória. In: **Ciências Humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar**. Ponta Grossa: Atena, 2021, pp. 01-14. Disponível em <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/52669>.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Editora Sextante/Estação Brasil, 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 30, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94

Agricultura familiar 134, 137, 139, 146

Alasdair Macintyre 108

América Latina 16, 24, 29, 30, 31, 74, 81, 83, 88, 103, 106, 107, 138, 148, 165

B

Barbárie 1, 4, 6, 7, 10, 11, 13, 14

Brasil 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 40, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 178, 179

C

Capitalismo 13, 20, 21, 22, 24, 105, 135, 154, 164, 166, 167, 168, 170, 173, 174, 175, 179, 180

Celso Furtado 15, 21, 154

Cidadania 1, 7, 8, 9, 35, 36, 37, 39, 40, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 148, 175, 181

Cidadania ambiental 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Colonialismo 6, 84, 104

Comissão Pastoral da Terra (CPT) 148, 149, 150, 159

Comunitarismo 61, 62, 68, 108

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) 73, 74, 78, 80

Cosmopolitismo 51, 62, 63, 64

Crise estrutural 2, 6, 11, 135

Czeslaw Milosz 1, 2

D

Democracia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 49, 57, 72, 75, 80, 81, 96, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 169, 171, 173, 174, 175, 178, 181

Desemprego 3, 11, 15, 20, 21, 135, 144, 177

Desenvolvimento 6, 11, 15, 17, 18, 20, 21, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 63, 67, 75, 85, 88, 91, 99, 101, 129, 131, 134, 135, 136, 139, 140, 142, 143, 146, 151, 165, 166, 172, 181

Direitos humanos 1, 35, 36, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 64, 65, 66, 68, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 123, 150, 151, 165, 181

Disfagia 166, 169, 175, 177, 178

E

Educação 1, 14, 21, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 169, 176, 178, 181

Emancipação 1, 4, 6

Estado 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90, 91, 94, 96, 97, 99, 102, 109, 111, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 140, 142, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181

F

Fundo eleitoral 166, 169, 172, 173, 175, 176, 179

G

Geopolítica 82, 83, 85, 86, 92, 93, 94, 104

Globalização 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 60, 65, 138

H

Hannah Arendt 1, 12

I

Indústria de defesa nacional 82, 90, 91, 93

Insegurança alimentar 134, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 145

J

Judith Butler 1

Justiça de transição 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81

K

Karl Marx 134, 135, 142

Karl Polanyi 134, 135, 139, 140, 143, 144, 145

L

Liberalismo 51, 56, 57, 68, 110, 124, 125, 166, 174

M

Mercado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 45, 46, 66, 88, 91, 101, 118, 134,

138, 139, 140, 143, 144, 145, 157, 163, 168, 173, 174, 178

Modernidade 3, 4, 5, 10, 36, 70, 104, 105, 106

Mudança climática 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mundialização 15, 19, 21, 22

N

Necropolítica 7, 12, 14

Norberto Bobbio 23, 26, 27, 28, 34

P

Partidos políticos 3, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 153, 154, 166

Poder 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 38, 39, 43, 53, 62, 79, 85, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 105, 107, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 181

Políticas públicas 42, 56, 132, 134, 137, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 155, 157, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181

R

Recessão 15, 20

Representação política 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 132

Robert Kurz 1, 2, 3

S

Sistema partidário 121, 132

Soberania 5, 6, 7, 22, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 49, 56, 60, 62, 126

T

Teoria crítica 1

Teoria do valor 1, 3

Totalitarismos 1, 32

Trabalho 3, 4, 5, 7, 10, 15, 16, 35, 36, 51, 57, 66, 68, 74, 76, 77, 82, 83, 87, 92, 99, 105, 108, 121, 125, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 159, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 175, 177

Tuvalu 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

V

Violências 9

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br




Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br

 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br




Ano 2021